

Revolução Industrial

Como antes visto, a partir do século XVIII, as sociedades do ocidente europeu começaram a experienciar uma transformação profunda nas suas formas de produção. Novas ideias e novas tecnologias permitiram que a Inglaterra, o berço da revolução industrial, se tornasse no século XIX a oficina do mundo. Não obstante a primazia da Inglaterra, outros países também se industrializaram rapidamente – como a França, os Estados Unidos, a Prússia, os Países Baixos e o Japão – e a revolução industrial afetou todas as nações e povos do mundo. Graças a ela os países da Europa puderam não somente enriquecer como triunfar sobre o resto do globo. A burguesia finalmente triunfou no século XIX, e alcançou o auge de seu poder, afirmando seus ideais econômicos, políticos e sociais perante os velhos agentes do Antigo Regime.

A revolução industrial foi marcada principalmente pela progressiva substituição do trabalho humano pela força da máquina. O crescimento demográfico da Europa desde finais do século XVIII resultou em um aumento nunca antes visto da população urbana e do mercado de consumo do continente. A máquina a vapor permitiu a mecanização de processos produtivos como a fiação e a mineração, e outras inovações tecnológicas ajudaram a implantar a dominação da máquina sobre os homens. O aço, grande filho da revolução industrial, não somente foi desenvolvido nessa época, como teve seu processo de produção repetidamente aprimorado. O avanço da siderurgia, por sua vez, permitiu o aumento da fabricação de máquinas e trilhos.

A invenção da locomotiva a vapor também mudou profundamente a face da sociedade europeia. Antes, o mar e os rios eram os principais meios de transporte e comunicação. A inauguração das ferrovias permitiu a expansão dos mercados e ampliação da produção, ao mesmo tempo que estimulou outros negócios como a produção de aço, o sistema bancário (que teve que se reorganizar para arcar com os custos imensos do investimento ferroviário) e a mineração do carvão. A economia europeia e a vida cotidiana de seus cidadãos passaram a depender cada vez dessa fonte de energia. Com o esgotamento das florestas do continente, mais e mais os europeus passaram a usar o carvão extraído das minas – além de permitir a fundição do aço, também era necessário para todas as máquinas a vapor e todas as formas de transporte que dominaram o século: a locomotiva e o barco a vapor.

Essas alterações na economia e na produção engendraram mudanças também na vida cotidiana e na sociedade. Primeiramente a partir do trabalho, onde as pessoas antes acostumadas aos sistemas de produção de oficinas familiares passaram a ser convocados aos milhares para espaços dedicados exclusivamente à labuta. Ali, tinham seu tempo controlado e regras impostas sobre seus corpos, com multas e punições para aqueles que desobedecessem. Ao mesmo tempo, as cidades aumentavam cada vez mais de tamanho: ao longo de todo o século XIX, a população urbana do mundo triplicou – fenômeno conhecido como urbanização. Na Grã-Bretanha, centro cíclico do mundo durante essa época, a população urbana passou de 1/4 para 2/3. Esse crescimento acelerado trouxe consigo mazelas profundas. As cidades europeias no século XIX eram notoriamente segregadas, com espaços separados entre habitações do proletariado, zonas de

comércio e de indústria e habitações da burguesia. A congregação de fábricas e o amplo uso do carvão e da fundição poluíram os ares da cidade de maneira que problemas pulmonares eram comuns entre aqueles que viviam atolados nas vilas de trabalhadores. Igualmente, a densidade demográfica, aliada às condições insalubres em que viviam a maioria da população, fez com que epidemias de diversos tipos reinassem nas cidades. Em lugares como Londres, a cólera e a tuberculose matavam milhares de indivíduos periodicamente. Felizmente, ao longo do século, dois movimentos contribuíram para melhorar a condição de vida daqueles que moravam nas cidades. Primeiro, o planejamento urbano foi adotado como política pela maioria dos países industrializados, os quais desenvolveram sistemas de esgoto e de captação de água, assim como novos modelos de mobilidade urbana com a abertura de vias e a introdução do bondinho. Segundo, o progresso científico possibilitou que as sociedades burguesas desenvolvessem seu conhecimento sobre a origem das doenças, com a eventual adoção da teoria de micróbios e o desenvolvimento da indústria farmacêutica.

As Ideologias Sociais no Século XIX

À medida que a sociedade do século XIX mudava, diferentes ideologias sociais surgiam e competiam por espaço. Desde o início em 1815 com a derrota final de Napoleão e o Congresso de Viena, foi um tempo marcado pelo embate entre diferentes ideais sobre como organizar um mundo. De um lado, tínhamos os valores do Antigo Regime: a monarquia absoluta, o mercantilismo, a sociedade estamental, a importância da religião na vida civil; do outro, os valores burgueses do Iluminismo que ao longo do século se desenvolveram na filosofia política liberal: a democracia, a república, a cidadania, o liberalismo econômico, a valorização do conhecimento científico e, eventualmente, o nacionalismo.

Enquanto os poderes do Antigo Regime permanecem como grandes instituições até o final do chamado “longo século XIX”, em 1914, os abalos das Revoluções Americana, Francesa e Industrial reverberam nas consciências dos povos ocupados e subjugados pelo absolutismo imperial, que passaram o século tentando conquistar sua independência e formar seus próprios estados-nações, ou, como no caso dos negros na América, conquistar seus direitos enquanto seres humanos. O liberalismo político, com seu ideal do indivíduo e da liberdade política, teve consequências tanto na Europa como nas Américas e junto com o nacionalismo alterou profundamente o mapa do mundo. O surgimento do estado-nação foi em si uma das grandes revoluções do século XIX. Os estados do Antigo Regime eram marcados pela sua “plurinacionalidade”, como no caso da Rússia, da Áustria e do Império Turco-Otomano, que governavam sobre diversos povos, com diferentes culturas, línguas e histórias. Ao mesmo tempo, os antigos impérios coloniais de Portugal e Espanha foram sacudidos por revoluções e divididos em diferentes países.

A partir da década de 1820, as guerras de independência se deflagraram nas Américas, e até o final do século, as duas primeiras monarquias absolutas da Europa viram seus impérios no

continente desaparecer por completo. Simultaneamente, os grandes impérios multinacionais do velho mundo também foram perdendo território, com a Grécia ganhando sua independência do Império Turco-Otomano em 1832 e a Bélgica surgindo como estado-nação do jugo do reino dos Países Baixos. A onda nacionalista e liberal se espalhou pela Europa e a tentativa de reconstrução empreendida pelo Congresso de Viena e os poderes do Antigo Regime foi sendo cada vez mais contestada. A década de 1830 também foi marcada por levantes por toda a Europa, a maioria deles violentamente reprimidos pelas monarquias absolutistas. O auge do movimento ocorreu em 1848, quando barricadas foram levantadas em grande parte do território europeu por múltiplos povos que proclamavam sua independência e seu direito a se autogovernar enquanto estados-nações. Depois de semanas de repressão, os movimentos foram dispersados, mas mesmo assim ficaram conhecidos como a Primavera dos Povos.

Não obstante a resposta violenta dos poderes absolutistas na maioria das vezes em que seus súditos se levantavam clamando pelo direito à liberdade e à cidadania, o liberalismo conseguiu alterar profundamente o funcionamento de muitas das sociedades europeias. Mesmo que impérios como a Rússia, o Austro-Húngaro e o Turco-Otomano tenham permanecido como autocracias absolutistas até a Primeira Guerra Mundial, muitos outros foram forçados a alterar sua organização social e política. A Grã-Bretanha, oficina e banco do mundo no século XIX, passou grande parte dele sendo governada por uma única rainha, pela qual a época é conhecida como Era Vitoriana. Enquanto Rainha Vitória, que governou de 1837 até sua morte em 1901, era indubitavelmente uma governante do Antigo Regime, a Inglaterra que governou era profundamente liberal. Uma monarquia constitucional antes de qualquer outra na Europa, o governo inglês foi cada vez mais dominado pela burguesia e seus valores, que afetavam tanto sua organização política, quanto social e econômica. Na França, Luís XVIII outorga uma carta constituinte aos seus cidadãos em 1824, mesmo ano em que D. Pedro I faz o mesmo no Brasil. Os monarcas de Portugal e Espanha também, na década de 1820, se viram forçados a abdicar de seu poder absoluto em nome de uma monarquia constitucional.

A formação das democracias liberais modernas, assim como seus contornos de estado-nação, foi definida na Era Vitoriana. Antes de conquistar o mundo, a burguesia teve de conquistar sua própria sociedade. O direito ao voto foi se expandindo pela cidadania masculina europeia. O desenvolvimento do sufrágio universal foi lento, e impedido em todos os momentos tanto pelos poderes do velho mundo quanto pelos próprios preconceitos e falhas do pensamento liberal burguês. Enquanto nos Estados Unidos todos os homens brancos ganharam o direito de voto em 1830, apenas em 1869, depois do fim da escravidão, esse direito foi estendido aos homens negros. Na França, o sufrágio universal masculino branco foi decretado após a Primavera dos Povos; no Brasil o sufrágio universal decretado somente em 1891 com a Primeira República contava todos os homens, mas excluía os analfabetos. Mesmo assim, essas mudanças alteraram profundamente a cara da política: organizações políticas, partidos e representantes se tornaram necessários para governar um país. O antigo elitismo insular das antigas aristocracias e

grandes fortunas se viu forçado, ao menos em parte, a ter que negociar e convencer uma parcela cada vez maior da população.

O Proletariado e as Ideologias de Organização dos Trabalhadores

Junto com o desenvolvimento dos ideais liberais, é impossível não mencionar o papel das novas classes nessa movimentação política. O século XIX viu surgir uma massa de trabalhadores urbanos que antes não existia no mundo ocidental. Resultado do processo contínuo de urbanização e privatização das terras do campo, somado a nova natureza da produção e do trabalho que veio junto com as inovações industriais, essa nova classe social, o proletariado industrial, era formada em sua maioria por pessoas que estavam na transição entre dois mundos. A natureza do trabalho no campo, ou até mesmo nas cidades antes da introdução da máquina a vapor e do espaço de produção fabril, era da diversidade de atividades produtivas e do artesão que era dono de seu próprio trabalho – isto é, dos investimentos, tempo e resultados da labuta. Na maioria dos casos, uma comunidade produzia uma variedade grande de objetos, e os trabalhadores se organizavam ou em oficinas familiares marcadas pela presença de manufaturas complexas e um espaço de trabalho disperso, ou em corporações de ofício. No campo, a propriedade comunal legatária das organizações rurais feudais foi sendo substituída (na Inglaterra, desde a época dos Cercamentos, no século XVII) pela grande propriedade dedicada ao monocultivo ou à exploração mineral, desenraizando milhares de famílias. De fato, a primeira geração de proletários do mundo era essencialmente formada por povos desenraizados de sua origem seja por motivos de guerra, perseguição política e religiosa, ou capitalismo predatório - todos os quais abundavam nas primeiras décadas do século XIX - que se viam forçados a ir para as cidades cada vez mais densas em busca de trabalho.

Por esses mesmos motivos, mulheres e crianças eram uma parte significativa dessa massa de operários fabris. As condições de trabalho nas fábricas do século XIX eram notoriamente duras e a vida da maioria desses operários era quase miserável. Condições dignas de trabalho e direitos trabalhistas só seriam conquistados em sua plenitude, e somente nos Estados Unidos e na Europa, no final do século e, em alguns casos, apenas após a Primeira Guerra Mundial. O trabalho infantil, os abusos e a exploração eram comuns. Por esse motivo, e de certa maneira também influenciados pelos ideais liberais de valor individual, direitos humanos, cidadania e liberdade, a classe dos proletários começou a se organizar em torno de grupos políticos para lutar pelos seus direitos e contra o que percebiam como injustiças do sistema. De fato, desde o início do processo de industrialização, quando a classe burguesa e a aristocracia feudal começaram, respectivamente, a controlar cada vez mais os meios de produção e o tempo do trabalho, e a monopolizar o uso das terras, a reação operária foi imensa.

Nas fábricas de fiação e tecelagem da Inglaterra, desde finais do século XVIII, antigos artesãos transformados em operários pela burguesia urbana entravam nas fábricas e armazéns com o intuito de destruir todas as máquinas que haviam permitido esse controle totalitário sobre

as pessoas e o seu trabalho. Conhecido como ludismo, esse movimento pregava que a única maneira de se libertar do jugo da indústria era destruindo as máquinas que haviam substituído o homem e auxiliado na sua subjugação à produção capitalista, e retornar para técnicas de produção artesanais e corporativas. Esses levantes de trabalhadores eram, frequentemente, reprimidos violentamente pelos donos das fábricas, que, com o aval do Estado, muitas vezes possuíam suas próprias forças policiais e estavam livres para dispensar a lei como desejassem. Não obstante o fervor tradicionalista de movimentos como o ludismo, muitos proletários, intelectuais e profissionais liberais viam as vantagens e benefícios da sociedade industrial, desejando apenas integrar-se plenamente nela para gozar de todo o seu bônus.

Essas organizações de trabalhadores começaram, em sua maioria esmagadora, ilegalmente. Aliado tanto à crescente burguesia quanto aos antigos poderes feudais, o Estado do século XIX era uma ferramenta brutal de opressão aos movimentos trabalhistas. Na Grã-Bretanha, os operários conquistaram o direito de se organizar politicamente apenas em 1825, e formaram assim os primeiros sindicatos do país. Esse tipo de associação, em uma forma ou outra, rapidamente se espalhou entre as massas proletárias da Europa e dos Estados Unidos. Com o tempo, já nas últimas décadas do século, se espalharam também para as antigas colônias ibéricas na América. Enquanto a violência política era muitas vezes empregada pelos movimentos operários, em especial por aqueles que aderiam a ideologias revolucionárias como o comunismo e o anarquismo, a principal ferramenta de luta que era adotada por todos os trabalhadores do mundo era a greve. Ilegal na maioria dos países e casos em que era adotada, essa ferramenta permitia aos trabalhadores, independente de sua orientação política, lutar por aquelas reivindicações que todos desejavam, nomeadamente o aumento do salário, condições de higiene nas vilas operárias e nas cidades como um todo, o fim do trabalho infantil e a redução da jornada de trabalho, que em alguns casos podia chegar a 16 horas por dia.

Doutrinas Revolucionárias do Século XIX

Mesmo com essas reivindicações em comum, os grupos sindicais e os partidos operários eram profundamente heterogêneos. Desde aqueles que não desejavam uma alteração profunda na estrutura capitalista, até aqueles que desejavam a abolição de todas as classes e da religião, várias formas de organização social foram propostas como alternativa ao modelo capitalista liberal e, posteriormente, monopolista-imperialista, que reinou no século XIX. Ao contrário do ludismo, essas filosofias não buscavam um retorno ao mundo antes da revolução industrial, mas sim ultrapassar as falhas e contradições engendradas na sociedade pela mesma.

O primeiro desses movimentos foi o chamado cartismo, que era um movimento popular voltado para a democracia, a república e os direitos trabalhistas que tinha como estratégia o abaixo assinado por milhares de trabalhadores enviado ao parlamento. Imaginavam que os ideais liberais e políticos da burguesia fariam com que eles atendessem os pedidos se feitos em massa e de maneira democrática. Entretanto, e em grande parte pela influência dos poderes do Antigo

Regime que tinham aversão a maioria dos levantamentos políticos da massa, a maioria dessas petições foi sumariamente ignorada pela classe política burguesa e aristocrática.

Ao mesmo tempo que movimentos populares como o cartismo e o ludismo movimentavam as massas em prol de suas conclamações, vários movimentos intelectuais também surgiram para tentar explicar e resolver as mazelas da sociedade industrial. O primeiro desses que marcou a sociedade foi chamado eventualmente de socialismo utópico pelos seus críticos. Originário da França, esse movimento foi criticado pelos socialistas científicos pela sua fraqueza teórica e pela sua incapacidade de conceber a história humana como um resultado de lutas ao redor dos meios de produção, na qual o Estado é apenas resultado dessa luta. Teve muitos expoentes e vertentes diferentes. François Fourier, chamado por muitos de pai do cooperativismo, pregava que os trabalhadores deveriam se organizar em falanstérios, espécie de sociedade coletivista na qual os trabalhadores dividiriam a propriedade dos meios de produção (as máquinas e a terra) ao mesmo tempo que evitariam a especialização de tarefas que veio junto com a Revolução Industrial de maneira a manter o trabalho variado e evitar a concentração de riquezas e a inveja. Louis Blanc, que também acreditava na posse coletiva dos meios de produção, considerava por sua vez que os trabalhadores deveriam criar suas próprias fábricas, mantendo o modelo de organização espacial e temporal burguês, em aliança com o Estado, das quais todos seriam donos de uma parte. Robert Owen, do País de Galês, também acreditava nas fábricas coletivas, mas considerava que os burgueses teriam de fazer parte dessa organização e também seriam legatários de uma das partes da produção fabril. Um dos socialistas franceses, Saint-Simon, acreditava na importância da luta operária, mas acreditava que a única maneira válida para se alcançar esses objetivos seria a partir da filantropia burguesa, que deveria reduzir sua ganância por questões morais e ativamente melhorar as condições de trabalho de seus operários.

De todos os socialistas ditos utópicos por Marx e Engels, o mais radical deles, e discutivelmente o que teve mais influência, foi Pierre-Joseph Proudhon. Proudhon detestava toda a forma de autoritarismo e considerava que a única maneira de libertar o trabalhador seria através da reorganização social completa. Através da união dos proletários, Proudhon considerava que seria necessário destruir todas aquelas instituições que seriam responsáveis pela opressão e causadoras da desigualdade econômica: a propriedade privada, o Estado e a Igreja. Em seu jornal que circulava nos dois lados do Atlântico, chegou a exaltação de proclamar que todas as formas de propriedade não eram nada além de roubo. De certa maneira, Proudhon se parecia em sua radicalidade e nas consequências de sua filosofia política com outro movimento que também se ergueu contra a sociedade burguesa em sua totalidade, o anarquismo. Tendo como seu grande expoente no século XIX Mikhail Bakunin, o anarquismo defendia a extinção imediata do Estado, da Igreja e de todas as instituições que ousavam ditar regras sobre o indivíduo humano. Proponentes do coletivismo, os anarquistas consideravam que a propriedade, o exército, a polícia, o clero e a política eram ferramentas de opressão e deveriam ser combatidas violentamente, muitas vezes através de atos terroristas. Sonhavam com uma sociedade sem classes, com liberdade ilimitada do indivíduo e seus direitos. Diziam que queriam ensinar os

homens a viver sem governo, da mesma maneira que por conta própria já estavam aprendendo a viver sem Deus.

Entretanto, é inegável que a ideologia revolucionária que mais teve impacto durante e depois do século XIX foi o socialismo científico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Fortemente influenciados pelo idealismo alemão, em especial pela dialética de Hegel, de quem Marx foi aluno de filosofia, os socialistas científicos pregavam que a história da sociedade humana não era nada além da história da luta de classes. Essas classes, por sua vez, teriam sempre sido definidas pela sua posição no processo produtivo de uma sociedade. É o chamado materialismo histórico. Para Marx, todas as sociedades até o capitalismo tinham se organizado a partir de suas contradições inerentes ao processo produtivo, o que teria levado, inexoravelmente, à sua queda e substituição por um novo modelo que contemplasse os interesses das classes anteriormente reprimidas. Resumidamente, seriam cinco esses modos sucessivos de produção pelos quais passaria a humanidade: o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Cada um marcado por sua própria luta de classes, com uma dominante controladora do Estado e outro oprimida que eventualmente faria a sua revolução, esses quatro estágios seriam uma característica indubitável da história humana. No Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848, logo após a Primavera dos Povos, Marx procura explicar como o ser humano teve a sua sociedade ao longo do tempo definida principalmente pelos meios de produção, que por sua vez definiram as classes da sociedade a partir de seu papel no processo produtivo. A relação de oposição entre essas classes dialeticamente permitiria a superação das contradições do sistema e a instalação de um novo regime. Para ele, a humanidade começou em uma espécie de comunismo primitivo, situação no qual os meios de produção eram tão pouco desenvolvidos que não forçavam a formação de classes, fazendo de toda a propriedade comunitária. Eventualmente os progressos da agricultura teriam alterado de tal maneira a lógica produtiva que definiram a formação das primeiras classes, no sistema do escravismo: o patrício, o plebeu, e o escravo. Eventualmente este também teria sido superado quando os escravos se enraizaram na terra e a elite urbana do mundo antigo caiu em decadência, possibilitando o surgimento do novo modelo produtivo, o feudalismo, no qual as classes eram definidas pela sua relação com a terra, e não com o trabalho escravo humano, e constavam principalmente como senhores e servos.

A superação do feudalismo e o advento do capitalismo e da industrialização teria sido a última etapa experienciada pela humanidade desse processo inexorável da história da luta de classes, e as suas contradições, que resultaram na classe burguesa oprimindo a nova classe operária, resultariam na sua superação e na adoção inevitável do socialismo. Essa sociedade socialista seria dedicada à eliminação da propriedade, e, logo, ao estabelecimento de meios de produção igualitários, onde todos os participantes do processo produtivo teriam a mesma posição. Assim, o meio de produção socialista seria dedicado à eliminação das classes, e, conseqüentemente, do Estado. Esse último estágio de desenvolvimento seria chamado de Comunismo, e para Marx era a última etapa da evolução humana na História.

Não obstante a predominância que tomou o Marxismo, os sindicatos e as organizações de trabalhadores socialistas foram marcadamente variadas politicamente ao longo do século XIX. O primeiro partido socialista propriamente dito foi fundado na Alemanha em 1875, o Partido Socialista Democrata da Alemanha. Os proletários se dividiam essencialmente entre reformistas, que acreditavam que as instituições democráticas fariam triunfar os direitos sociais, e os revolucionários que acreditavam que apenas a superação violenta do capitalismo burguês permitiria a libertação dos trabalhadores. Em 1864, operários franceses fundaram a Associação Internacional dos Trabalhadores para organizar a luta multinacional contra a burguesia, e essa associação constava não somente socialistas científicos, como também anarquistas e socialistas utópicos. Em suma, era uma organização que pretendia reunir todos aqueles que se opunham à opressão do industrialismo burguês.

Esse movimento encontrou o seu auge em 1871, com a Comuna de Paris, quando operários franceses, cansados das mazelas da Guerra Franco-Prussiana se levantaram contra o rei e instalaram por alguns meses na capital francesa um governo socialista. A eventual derrota da Comuna, possibilitada pela aliança entre poderes monárquicos, burgueses e até entre a França e a Prússia contra os revolucionários, causou um racha nos movimentos socialistas. Para os marxistas, a Comuna tinha sido derrotada pois os anarquistas, ansiosos para eliminar as instituições do Estado de uma vez, teriam impossibilitado a vitória do movimento ao proibir a formação de exércitos, polícias e outros aparatos de governo. Para os comunistas, era necessário que o proletário tomasse para si essas instituições antes de começar o lento processo de eliminação das classes que resultaria no fim do Estado. Em 1889, formou-se a Segunda Internacional, que excluía os anarquistas e pretendia liderar exclusivamente o movimento operário no futuro.